



96. Sobre a medida provisória, é correto afirmar que

- (A) perde a eficácia se não for convertida em lei no prazo de 45 dias, prorrogável por mais duas vezes por igual período, devendo o Poder Judiciário disciplinar, por resolução, as relações jurídicas dela decorrentes.
 (B) não pode versar sobre matéria reservada à lei complementar.
 (C) tem sua votação iniciada no Senado Federal.
 (D) pode versar sobre matéria relativa a direito eleitoral.

97. São privativos de brasileiros natos os seguintes cargos:

- (A) de Oficial das Forças Armadas, de Presidente do Senado e de Ministro de Estado da Justiça.
 (B) de Carreira Diplomática, de Presidente do Superior Tribunal de Justiça e de Presidente da Câmara dos Deputados.
 (C) de Presidente da República, de Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 (D) de Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado da Defesa e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

98. Processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade é atribuição

- (A) do Congresso Nacional.
 (B) privativa do Superior Tribunal de Justiça.
 (C) privativa do Senado Federal.
 (D) privativa do Supremo Tribunal Federal.

99. Conforme as Normas de Serviço da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, a apresentação de ata notarial é requisito de validade para o ingresso junto ao Oficial de Registro de Imóveis para fins de solicitação de usucapião administrativo. A Constituição Federal de 1988 prevê uma espécie de usucapião *pro labore*, que se dá

- (A) em favor de quem, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
 (B) em favor de quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
 (C) em favor de quem, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
 (D) em favor de quem, mesmo sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

Conhecimentos Gerais

100. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei brasileira no 13.146/2015,

- (A) constitui mudança legislativa relevante do ponto de vista humanitário, mas de pouco impacto jurídico, considerando que é norma programática que não inova na ordem jurídica.
 (B) inspira-se na diretriz da incapacidade da pessoa deficiente, para sua proteção.
 (C) baseia-se na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em seu Protocolo Facultativo, em vigor no plano interno desde a promulgação do respectivo Decreto, em 2009.
 (D) resultou da condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da recomendação internacional para que o país incluísse medidas protetivas da pessoa deficiente em sua legislação.

Versão 4 (GABARITO)

1 – C	2 – D	3 – C	4 – D	5 – B	6 – A	7 – C	8 – D	9 – D	10 – D
11 – A	12 – B	13 – B	14 – A	15 – B	16 – D	17 – A	18 – B	19 – C	20 – C
21 – A	22 – A	23 – D	24 – B	25 – C	26 – B	27 – D	28 – A	29 – C	30 – A
31 – C	32 – B	33 – B	34 – B	35 – D	36 – D	37 – C	38 – B	39 – A	40 – D
41 – A	42 – C	43 – A	44 – B	45 – A	46 – D	47 – C	48 – D	49 – B	50 – B
51 – C	52 – A	53 – C	54 – D	55 – A	56 – D	57 – B	58 – C	59 – A	60 – A
61 – D	62 – A	63 – B	64 – C	65 – A	66 – A	67 – A	68 – D	69 – C	70 – A
71 – B	72 – C	73 – A	74 – D	75 – D	76 – A	77 – C	78 – C	79 – B	80 – B
81 – A	82 – C	83 – D	84 – D	85 – A	86 – D	87 – B	88 – C	89 – D	90 – A
91 – C	92 – B	93 – D	94 – D	95 – A	96 – B	97 – D	98 – C	99 – B	100 – C

CRITÉRIO PROVIMENTO (PROVA REALIZADA AOS 10/04/2016)

VERSÃO 1

Registros Públicos e Notarial

01. Os atos registrais relativos às vias férreas devem ser praticados

- (A) no Registro Imobiliário correspondente à estação final da respectiva linha.
 (B) em todos os Registros Imobiliários pelos quais passar a respectiva linha, correspondentemente ao trecho que integra sua circunscrição territorial.
 (C) no Registro Imobiliário correspondente à estação inicial da respectiva linha.
 (D) nos Registros Imobiliários correspondentes a todas as estações da respectiva linha.



- 02.** Revogada a ordem judicial de sustação, a lavratura e o registro do protesto por falta de pagamento
(A) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, a fluir por inteiro, independentemente de nova intimação.
(B) devem ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da ordem de revogação.
(C) exigem nova intimação do devedor.
(D) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, autorizado o cômputo do tempo transcorrido antes da ordem de sustação.
- 03.** O procedimento registral de regularização fundiária
(A) requer um procedimento prévio e autônomo de retificação, caso a descrição da gleba constante do projeto de regularização e do memorial descritivo não coincida com a descrição constante na matrícula.
(B) é uno, aplicando-se tanto à regularização de parcelamento de interesse social quanto ao de interesse específico.
(C) não é possível quando incidir sobre dois ou mais imóveis, total ou parcialmente, de proprietários diversos, caso em que está obstada a fusão das matrículas, devendo a regularização ser procedida judicialmente.
(D) exige aprovação municipal, a qual corresponderá ao licenciamento urbanístico, bem como ao ambiental, se o Município tiver conselho de meio ambiente e órgão ambiental capacitado, cabendo ao Oficial de Registro analisar a composição do conselho de meio ambiente, e a capacitação do órgão ambiental.
- 04.** Assinale a alternativa correta.
(A) Aos cidadãos portugueses aplicam-se as restrições à aquisição de imóvel rural por estrangeiro, salvo se tiver sido declarado em igualdade de condições com os brasileiros, mediante comprovação da carteira de identidade.
(B) A pessoa física estrangeira, casada com brasileiro, está dispensada das restrições à aquisição de imóvel rural por estrangeiro.
(C) O negócio jurídico de compra e venda em que um estrangeiro adquire imóvel rural deve ser instrumentalizado por escritura pública se o valor do imóvel ultrapassar 30 salários-mínimos.
(D) As restrições à aquisição de imóvel rural por estrangeiro não se aplicam em caso de fusão de uma pessoa jurídica brasileira e uma pessoa jurídica estrangeira.
- 05.** A matrícula de um imóvel
(A) pode ser cancelada pelo próprio Oficial de Registro, caso padeça de nulidade por vício do próprio processo registral.
(B) não pode ser cancelada, podendo ter apenas seu conteúdo alterado.
(C) somente pode ser cancelada por decisão judicial.
(D) deverá ser cancelada em caso de fusão.
- 06.** Assinale a alternativa correta.
(A) O imóvel enfiteutico não pode ser objeto de alienação fiduciária de bem imóvel sem que haja anuência do senhorio, de modo que não pode haver o seu registro sem tal requisito.
(B) Para o registro de um bem imóvel por usucapião não basta a descrição do imóvel no mandado judicial, devendo ser apresentados, conjuntamente, a planta e o memorial descritivo respectivos.
(C) Na alienação fiduciária de bem imóvel, após decorrido o prazo da intimação do devedor fiduciante sem purgação da mora, certificado tal fato pelo Oficial, e cientificado o requerente, este terá o prazo de 160 dias para providenciar a consolidação da plena propriedade, findo o qual, deverá haver novo procedimento de execução extrajudicial.
(D) Um ato jurídico de divisão e extinção de condomínio imóvel deve ser registrado em cada matrícula aberta para cada uma das partes resultantes, devendo ainda ser averbado na matrícula originária, a qual deve ser encerrada.
- 07.** Assinale a alternativa correta.
(A) O protesto contra alienação de bens, o arrendamento e o comodato nunca são suscetíveis de averbação.
(B) O protesto contra alienação de bens pode ser averbado na matrícula do imóvel desde que haja determinação expressa do Juiz, consubstanciada em Mandado dirigido ao Oficial de Registro.
(C) O comodato é registrável no Registro Imobiliário, por conta do princípio da concentração.
(D) O sequestro não tem previsão legal de ingresso no Registro de Imóveis.
- 08.** Segundo as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que, no Registro Civil das Pessoas Naturais, ocorrendo omissões ou erros,
(A) admite-se adições ou emendas apenas antes das assinaturas das partes, sendo que, após a assinatura do assento, as correções somente poderão ser realizadas por meio da lavratura de assento de retificação.
(B) as adições e emendas são vedadas, admitindo-se a cláusula em tempo, se exarada antes da assinatura das partes e demais comparecentes e da subscrição do Oficial ou escrevente autorizado.
(C) são vedadas as adições, emendas e a cláusula em tempo, sendo que as retificações dependerão de manifestação do Ministério Público.
(D) respectivas adições ou emendas serão feitas antes das assinaturas, ou ainda em seguida, sendo a ressalva novamente assinada por todos.
- 09.** Em relação ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que
(A) como regra, os atos constitutivos de uma pessoa jurídica registrável somente podem ser registrados se estiverem visados por advogado, constituindo exceção à regra a hipótese de sociedade simples enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
(B) o registro dos atos constitutivos de uma fundação de direito privado somente pode ocorrer se autorizado pelo Ministério Público, salvo no caso de fundação previdenciária, em que deve haver autorização por órgão vinculado ao Ministério da Previdência Social, sendo dispensada a autorização em se tratando de ato de averbação.
(C) na medida em que não há atribuição territorial dentro da mesma Comarca, é permitida a averbação de atos relativos a uma associação, ainda que o registro constitutivo não esteja registrado no mesmo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desde que esteja registrado na mesma Comarca.
(D) é vedado o registro de pessoa jurídica com denominação idêntica a outra registrada na mesma Comarca, ainda que em



outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sendo possível, entretanto, o registro, se o nome for apenas semelhante, ainda que possa causar alguma dúvida aos usuários.

10. No que concerne ao registro de um sindicato, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que
- (A) deve ser feito após registro no Ministério do Trabalho, o qual confere representação sindical.
 - (B) não é cabível ao Oficial de Registro exercer o controle do princípio da unicidade sindical.
 - (C) a existência de registro no Ministério do Trabalho dispensa o registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (D) tem efeito meramente declaratório para efeitos civis.

11. A respeito do registro e autenticação dos livros contábeis de pessoas jurídicas, é correto afirmar que
- (A) a autenticação será efetuada com a microfilmagem do termo ou sua anotação no livro de registro, dispensando-se a adoção de livro especial.
 - (B) há necessidade de requerimento escrito, com firma reconhecida, solicitando o registro.
 - (C) poderão ser registrados e autenticados somente os livros contábeis obrigatórios.
 - (D) não há necessidade de apresentação do livro anterior para registro do subsequente.

12. Na hipótese de registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros,
- (A) o documento deve ser apresentado para registro no prazo de 20 (vinte) dias da sua assinatura, e os efeitos registrares serão produzidos a partir da data de apresentação ao registro.
 - (B) sendo o documento apresentado para registro dentro do prazo de 20 (vinte) dias de sua assinatura, o registro terá efeito constitutivo.
 - (C) o documento pode ser apresentado para registro após o prazo de 20 (vinte) dias de sua assinatura, porém os efeitos registrares serão produzidos somente a partir da data da apresentação ao registro.
 - (D) o documento pode ser apresentado para registro após o prazo de 20 (vinte) dias de sua assinatura, porém, nesse caso, o registro terá apenas efeito conservatório.

13. Sobre o Registro de Títulos e Documentos, é correto asseverar que
- (A) as procurações levadas a registro devem ter sua firma reconhecida, salvo se foram feitas por instrumento público notarial.
 - (B) todas as folhas dos títulos e documentos levados a registro deverão ser rubricadas, sendo vedada a utilização de chancela mecânica.
 - (C) há prazo de 15 (quinze) dias para a prática do ato de registro ou averbação, os quais não necessitam ser imediatos.
 - (D) cabe suscitação de dúvida.

14. Sobre a notificação extrajudicial, assinale a alternativa correta.
- (A) Será efetuada apenas com documentos e anexos registrados, não se admitindo a anexação de objetos corpóreos ou outro tipo de documento que não possa ser impresso.
 - (B) Sendo o registro público, pode-se expedir certidão das notificações antes do perfazimento do registro.
 - (C) A notificação, sendo pessoal, não pode ser recebida por procurador.
 - (D) O requerente deve apresentar vias suficientes para todas as notificações requeridas, não sendo possível ao Oficial expedir certidões do registro efetuado, ainda que a pedido do usuário.

15. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, a Central de Informações do Registro Civil abrange os registros lavrados em que livros?
- (A) "A", "B Auxiliar", "C", "D" e "E".
 - (B) "A", "B", "C", "C Auxiliar" e "E".
 - (C) "A", "B", "C" e "D".
 - (D) "A", "B", "B auxiliar", "C" e "E".

16. Sobre a ordem de serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais e tendo por base as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) As escrituras públicas e as procurações públicas podem ser inutilizadas depois de reproduzidas por processo de microfilmagem ou mídia digital.
 - (B) Mandados judiciais que envolvam registros ou averbações não podem ser inutilizados.
 - (C) A inutilização dos processos de habilitação para o casamento dependem da anuência dos nubentes.
 - (D) As declarações de nascidos vivos (DN) expedidas pela maternidade podem ser inutilizadas após o prazo de um ano, sem necessidade de reprodução por processo de microfilmagem ou mídia digital.

17. No tocante ao protesto por falta de pagamento baseado em declarações substitutivas prestadas pelo portador da duplicata, assinale a alternativa correta.
- (A) Exige-se o comprovante de recebimento da mercadoria que deu origem ao saque da duplicata mercantil.
 - (B) As informações não podem ser encaminhadas por meio magnético.
 - (C) Pode ser tirado contra o sacado não aceitante.
 - (D) Sua admissibilidade é restrita às duplicatas mercantis.

18. O livro de transporte de anotações e averbações do Registro Civil das Pessoas Naturais
- (A) foi abolido pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.
 - (B) é facultativo.
 - (C) é obrigatório.
 - (D) depende de autorização do Juiz Corregedor Permanente para ser aberto.



19. Os registros de casamento religioso para efeitos civis, natimorto, óbito, união estável e proclamas devem ser feitos, respectivamente, em que livros do Registro Civil das Pessoas Naturais?

- (A) "B", "C", "C Auxiliar", "D" e "E".
- (B) "B", "C", "C", "B" e "D".
- (C) "B Auxiliar", "C Auxiliar", "C", "E" e "D".
- (D) "B Auxiliar", "C Auxiliar", "C", "B" e "D Auxiliar".

20. Os livros do Registro Civil das Pessoas Naturais são divididos

- (A) em três partes, sendo na esquerda lançado o assento, na central as notas, averbações e retificações, ficando na da direita espaço para o número de ordem.
- (B) em três partes, sendo na esquerda lançado o número de ordem, na central o assento, averbações e retificações, e na da direita as notas.
- (C) em três partes, sendo na esquerda lançado o número de ordem e na central o assento, ficando na da direita espaço para as notas, averbações e retificações.
- (D) em duas partes, sendo na esquerda lançado o número de ordem e assento e na direita as notas, averbações e retificações.

21. São classificadores exclusivos do Registro Civil das Pessoas Naturais:

- (A) de cópias das relações de comunicações expedidas em meio físico referentes ao óbito, união estável e casamento, de declarações de nascidos vivos e de guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE.
- (B) de petições de registro tardio, de cópias dos ofícios expedidos e de declarações de nascidos fora de maternidades ou estabelecimentos hospitalares.
- (C) de atestados e declarações de óbito, de guias de recolhimento ao IPESP e IAMSPE e de comprovantes de entrega dos pagamentos aos credores.
- (D) de declarações de nascidos vivos, de atestados e declarações de óbito e de segundas vias dos demonstrativos de atos gratuitos para compensação perante a entidade gestora.

22. Qual o prazo para o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais encaminhar à entidade gestora dos recursos destinados ao custeio dos atos gratuitos a planilha demonstrativa dos atos gratuitos praticados para fins de ressarcimento?

- (A) Até o dia 15 do mês subsequente ao de referência.
- (B) Até o 5o dia útil do mês subsequente ao de referência.
- (C) Até o último mês do exercício.
- (D) O primeiro dia útil subsequente.

23. Sobre o expediente ao público do Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

- (A) Na Comarca da Capital, funcionam das 9 às 17 horas nos dias úteis, e das 9 às 12 horas aos sábados. Aos domingos, feriados e dias de paralisação das atividades forenses, observa-se o sistema de plantão fixado pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (B) Na Comarca da Capital, funcionam das 9 às 17 horas nos dias úteis, e das 9 às 12 horas aos sábados, domingos e feriados. Nos dias de paralisação das atividades forenses, observa-se o sistema de plantão fixado pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (C) Na Comarca da Capital, funcionam das 9 às 17 horas nos dias úteis, e das 9 às 12 horas aos sábados e domingos. Nos feriados e dias de paralisação das atividades forenses, observa-se o sistema de plantão fixado pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (D) Na Comarca da Capital, funcionam das 9 às 16 horas nos dias úteis, e das 9 às 12 horas aos sábados e domingos. Nos feriados e dias de paralisação das atividades forenses, observa-se o sistema de plantão fixado pelo Juiz Corregedor Permanente.

24. O poder censório-disciplinar das Corregedorias Permanentes e da Corregedoria Geral da Justiça, por meio do qual as penas de repreensão, multa, suspensão e perda da delegação são aplicadas, incide

- (A) sobre o titular da delegação e o substituto designado para responder pelo respectivo serviço nas ausências e impedimentos dele.
- (B) sobre o titular da delegação e todos os seus substitutos, salvo, quanto a estes, a pena de perda de delegação, porque restrita aos titulares.
- (C) sobre o titular da delegação e o responsável pelo serviço vago (interino).
- (D) somente sobre o titular da delegação.

25. Com relação às certidões e às informações do protesto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Tabeliães de Protesto podem fornecer, a qualquer pessoa, certidões com referência aos protestos cancelados, desde que requeridas por escrito.
- (B) Do livro protocolo serão prestadas informações e fornecidas certidões mediante pedido escrito de qualquer pessoa.
- (C) Os Tabeliães de Protesto podem expedir certidão negativa, se a homonímia puder ser verificada a partir de elementos de identificação que constem dos assentamentos.
- (D) O fornecimento de certidões de protestos não cancelados dispensa requerimento por escrito.

26. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, os recursos das decisões disciplinares do Juiz Corregedor Permanente serão recebidos

- (A) apenas no efeito devolutivo, exceto nas hipóteses de multa e de suspensão.
- (B) apenas no efeito devolutivo, exceto na hipótese de perda de delegação.
- (C) nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) apenas no efeito devolutivo, exceto nas hipóteses de perda de delegação e de suspensão.



27. Em relação aos critérios de formação dos arquivos de segurança (*backups*) das Serventias Extrajudiciais, é correto afirmar que

- (A) exige o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- (B) impõe a preservação dos registros públicos originais.
- (C) as digitalizações anteriores não poderão ser aproveitadas.
- (D) os serviços de datacenter e de Storage podem ser contratados com pessoa jurídica constituída ou não no Brasil.

28. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, as assinaturas constantes dos termos são aquelas usuais das partes, devendo os notários e registradores, por cautela e para facilitar a identificação futura, fazer constar, junto a elas,

- (A) os domicílios das partes.
- (B) os números do CPF (cadastro de pessoas físicas)/CNPJ (cadastro nacional da pessoa jurídica) e RG (registro geral) das partes.
- (C) a instituição bancária das partes.
- (D) os nomes por inteiro exarados em letra de forma ou pelo mesmo meio de impressão do termo.

29. Com relação ao protesto especial para fins falimentares, é correto afirmar que

- (A) a intimação do protesto, para requerimento da falência da empresa devedora, exige a identificação da pessoa que a recebeu, não sendo suficiente sua entrega no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento de dívida.
- (B) é necessário para a formulação do pedido de falência.
- (C) a competência territorial é a do Tabelionato do lugar do pagamento, ainda que outro seja o local do principal estabelecimento do devedor.
- (D) pode ser lavrado independentemente do prévio cancelamento de um anterior protesto comum do mesmo título ou documento de dívida.

30. No que diz respeito ao protesto por falta de aceite, é correto afirmar que

- (A) vincula o sacado não aceitante.
- (B) garante ao portador do título, mesmo antes do vencimento, o exercício do direito de regresso contra os coobrigados.
- (C) é modalidade de protesto especial.
- (D) pode ser efetuado mesmo após o vencimento da obrigação.

31. Será objeto de registro no Livro E do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede ou do 1º Subdistrito da Comarca:

- (A) a perda ou a retomada de nacionalidade brasileira, mediante comunicação do Ministério da Justiça.
- (B) a interdição, mediante mandado judicial ou certidão da respectiva sentença, com indicação dos limites da curatela sendo parcial a interdição.
- (C) o assento de óbito de pessoa desaparecida em catástrofe, mediante mandado judicial, expedido nos autos de ação de justificação.
- (D) a emancipação de menor com 16 (dezesesseis) anos completos, mediante instrumento público outorgado pelos pais ou tutor.

32. Em relação aos traslados de assentos de brasileiros lavrados em país estrangeiro, é correto afirmar que

- (A) antes de serem trasladados, os registros realizados em repartição estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor público juramentado, legalizados por autoridade consular brasileira e registrados em cartório de Títulos e Documentos.
- (B) deverão ser registrados perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Sede ou do 1º Subdistrito da Comarca do domicílio do interessado, no livro próprio de nascimento, casamento ou óbito, conforme o caso.
- (C) a omissão do regime de bens no assento de casamento não obstará o traslado deste.
- (D) deverá constar do assento do traslado de registro de nascimento, realizado em repartição estrangeira, a observação de que se trata de brasileiro nato, se o genitor brasileiro residir em território nacional.

33. É elemento do assento de casamento

- (A) livro, folha e número do termo do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais em que registrada a união estável, em se tratando de registro de conversão de união estável em casamento.
- (B) a naturalidade dos genitores dos contraentes.
- (C) a indicação da autoridade celebrante, em se tratando de registro de casamento religioso para efeitos civis.
- (D) a data da dissolução do casamento anterior e o nome do cônjuge precedente, se for o caso.

34. Em relação à Declaração de Nascido Vivo – DNV, é correto afirmar que

- (A) se houver divergência entre o genitor indicado na DNV e o declarado perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais nos termos da lei, prevalece este último, sem necessidade de retificação da DNV.
- (B) a DNV não poderá ser preenchida por parteira, devendo sempre constar o nome do médico que a preencheu e o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina.
- (C) os Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais fornecerão à Secretaria Municipal de Saúde a segunda via da DNV no caso de parto sem assistência médica.
- (D) o assento de nascimento sempre deverá conter o número da DNV, ainda que lavrado sob a forma de registro tardio.

35. Segundo o Provimento no 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça, o registro de nascimento fora do prazo legal poderá ser realizado sem a presença de testemunhas:

- (A) se o registrando for menor de 3 anos.
- (B) se for apresentada a Declaração de Nascido Vivo – DNV.
- (C) se o registrando for menor de 12 anos e for apresentada a Declaração de Nascido Vivo – DNV.
- (D) se o registrando for menor de 18 anos e for apresentada a Declaração de Nascido Vivo – DNV.



36. Em caso de alteração de tabela de emolumentos ou divulgação de novas tabelas, em relação aos atos notariais e de registro já solicitados, estas

- (A) aplicam-se aos atos, mesmo que tenha havido depósito total ou parcial dos emolumentos.
- (B) não se aplicarão, apenas no caso de ter havido depósito total ou parcial dos emolumentos.
- (C) aplicam-se aos atos, desde que não tenha havido depósito total ou parcial dos emolumentos.
- (D) não se aplicarão, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos.

37. O compartilhamento de serviços eletrônicos dos Tabeliães de Notas do Estado de São Paulo é operado

- (A) pelo Colégio Notarial do Brasil.
- (B) pela Corregedoria Geral da Justiça.
- (C) pelos Juízes Corregedores Permanentes das Serventias.
- (D) pela Associação dos Notários e Registradores.

38. O notário, após a verificação das manifestações de vontade, mas antes das assinaturas, verifica que uma das partes não pode ou não sabe assinar. Deverá então

- (A) por fim à lavratura do ato, declarando o mesmo incompleto.
- (B) solicitar que uma pessoa capaz assine a rogo, declarando tal ocorrência no ato notarial.
- (C) por fim à lavratura do ato, declarando o mesmo sem efeito.
- (D) recomendar que aponha a impressão datiloscópica.

39. Acerca da cobrança de emolumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de parcela dos emolumentos.
- (B) É lícito ao notário solicitar prévio pagamento de emolumentos, mesmo nas requisições judiciais.
- (C) É vedada a cobrança de emolumentos de ato de retificação cujo erro seja imputável ao respectivo serviço.
- (D) São gratuitas as certidões solicitadas no interesse de maiores de 60 anos.

40. Quanto aos atos notariais, é correto afirmar que

(A) o papel de segurança, para os atos lavrados pelo Tabelião de Notas nos livros notariais, e a aplicação do selo de autenticidade, para os atos de autenticação notarial (autenticação de cópias e reconhecimentos de firmas e de chancelas), são obrigatórios e integram a forma dos atos notariais.

(B) o Tabelião de Notas enviará à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo as informações sobre a realização de atos de reconhecimento de firma em transações que envolvam a transferência de propriedade de veículos, mediante o pagamento pelo interessado da despesa postal da carta registrada, com observação dos termos, da forma e dos prazos estabelecidos pelo Decreto no 60.489/2014, do Estado de São Paulo, posteriormente disciplinado pela Portaria da Coordenação da Administração Tributária do Estado de São Paulo – CAT/SP no 90, de 22 de julho de 2014.

(C) os livros de notas serão escriturados em folhas soltas, confeccionadas em papel dotado de elementos e características de segurança, composto de 200 (duzentas) páginas cada um.

(D) os índices dos livros devem conter os nomes de todos os outorgantes e os outorgados, inclusive dos respectivos cônjuges e companheiros, e, nas escrituras relativas a bens imóveis, deve ser incluído o número do registro ou matrícula no Registro de Imóveis e podem ser elaborados pelo sistema de fichas, livros ou banco de dados informatizado.

41. Em relação aos arquivos do Tabelião de Notas, é correto afirmar que

(A) devem ser arquivados os traslados de procurações, de substabelecimentos de procurações outorgadas em notas públicas e de instrumentos particulares de procurações, cujo prazo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

(B) deve ser arquivado, em qualquer caso, o comprovante ou cópia autenticada do pagamento do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis, de direitos reais sobre imóveis e sobre cessão de direitos a sua aquisição – ITBI e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, quando incidente sobre o ato.

(C) devem ser arquivadas as certidões de ações reais e pessoais reipersecutórias, relativas ao bem imóvel, e as de ônus reais, inclusive com situações positivas ou negativas de indisponibilidade, expedidas pelo Registro de Imóveis e pelo Ofício de Registro de Distribuição, cujo prazo de validade, para este fim, será de 30 (trinta) dias.

(D) devem ser arquivados, em relação aos imóveis rurais, Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com a prova de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR correspondente aos últimos cinco anos.

42. Quanto às procurações, assinale a alternativa correta.

(A) Nas procurações em que os advogados figurem como outorgados constarão o número de suas inscrições ou a declaração do outorgante de que o ignora, e nas outorgadas às sociedades de advogados basta a menção ao número de inscrição no CNPJ, bem como a indicação de quem as representa.

(B) Nas procurações outorgadas por pessoas idosas, recomenda-se aos Tabeliães de Notas, especialmente quando insinuado risco concreto de comprometimento patrimonial do idoso, que as lavrem com prazo de validade não superior a 01 (um) ano, com atribuição de poderes para prática de negócios jurídicos específicos e determinados e sem previsão de cláusula de irrevogabilidade, ressalvadas as hipóteses em que esta for condição de um negócio jurídico bilateral ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do outorgante.

(C) Os Tabeliães de Notas, ao lavrarem escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração escriturada em suas serventias, anotarão essa circunstância, imediatamente e mediante o pagamento dos respectivos emolumentos pelo interessado, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado.

(D) Nas escrituras de substabelecimento, e naquelas em que as partes se fizerem representar por procurador substabelecido, o Tabelião de Notas exigirá, em qualquer caso, a apresentação dos instrumentos de procuração e substabelecimento, arquivando-os em pasta própria, com remissões recíprocas.

43. Quanto aos traslados e certidões, é correto afirmar:

(A) em qualquer caso, o traslado das escrituras relativas a imóveis será instruído com a guia de ITBI ou sua cópia autenticada.



(B) os traslados e certidões dos atos notariais serão fornecidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da lavratura ou do pedido.

(C) as certidões de escrituras públicas de testamento somente poderão ser expedidas a pedido do testador ou de seu representante legal, ou mediante ordem judicial.

(D) em qualquer caso, terá, como encerramento, a subscrição do tabelião, que portará, por fé, que é cópia do original, e a menção expressa "traslado", seguida da numeração de todas as páginas, que serão rubricadas, indicando-se o número destas, de modo a assegurar ao Oficial do Registro de Imóveis ou ao destinatário do título, não ter havido acréscimo, subtração ou substituição das peças.

44. Com relação à escritura pública, assinale a alternativa correta.

(A) O Tabelião de Notas poderá não subscrever o ato notarial, embora já assinado pelas partes e pelos demais comparecentes, expondo, por escrito e de modo fundamentado, as suas razões.

(B) Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter: I - data e local de sua realização; II - reconhecimento da identidade e capacidade das partes, respectivos cônjuges, e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas; III - nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes, respectivos cônjuges, se o caso, e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento e filiação.

(C) Se algum comparecente não puder ou não souber escrever, a instrumentalização deverá ocorrer pela via judicial.

(D) Se algum dos comparecentes não for conhecido do tabelião, nem puder identificar-se por documento, não poderá ser lavrada a escritura pública.

45. Segundo o Provimento no 16/2012 do Conselho Nacional de Justiça, para a averbação do reconhecimento espontâneo de paternidade de menor, declarado pelo genitor perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, na falta da mãe ou na impossibilidade de manifestação de vontade desta, é correto afirmar que

(A) o procedimento deverá ser encaminhado ao Juiz competente, que poderá autorizar a prática do ato.

(B) o reconhecimento não poderá ser realizado extrajudicialmente.

(C) o reconhecimento poderá ser realizado diretamente pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, com a presença de duas testemunhas que atestem a paternidade.

(D) o reconhecimento poderá ser realizado diretamente pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, podendo o menor impugná-lo nos quatro anos que se seguirem à sua maioridade ou emancipação.

Direito Civil

46. Em relação aos direitos reais imobiliários, é correto dizer que

(A) a data da constituição entre vivos de um direito real imobiliário é a do registro, e não a do protocolo no Registro de Imóveis.

(B) a aquisição de usufruto pela usucapião se dá somente com o registro no Registro de Imóveis.

(C) o promitente comprador, com contrato registrado no Registro de Imóveis, é titular de um direito obrigacional com eficácia real.

(D) enquanto não for promovida, por ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.

47. É correto asseverar, acerca do condomínio, que

(A) a convenção do condomínio deve ser registrada no Registro de Imóveis, com eficácia constitutiva.

(B) no condomínio edilício, salvo a unidade do zelador, nenhuma outra pode ser privada de acesso à via pública.

(C) a cada unidade imobiliária caberá, como parte inseparável, uma fração ideal no solo e nas demais partes comuns.

(D) no condomínio geral, cada condômino pode usar a coisa no limite proporcional de sua parte ideal.

48. Uma servidão de passagem instituída em favor de imóvel encravado

(A) será extinta se passar a existir acesso à via pública, podendo a extinção ser efetivada diretamente no Registro Imobiliário, sem intervenção judicial.

(B) não se extingue pelo não uso.

(C) não será extinta tão só pelo surgimento de acesso à via pública.

(D) extingue-se pelo não uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos contínuos.

49. Quanto ao direito real de usufruto, é correto afirmar que

(A) não se estende aos acessórios da coisa.

(B) pode recair em um patrimônio inteiro.

(C) pode ser transferido por alienação.

(D) constituído em favor de duas ou mais pessoas, não se extingue em relação a cada uma das que falecerem, salvo estipulação expressa em sentido contrário.

50. Com relação aos direitos reais de garantia, assinale a alternativa correta.

(A) Um imóvel dado em hipoteca para garantir cédula rural hipotecária pode ser livremente alienado, independentemente de anuência do credor, uma vez que é nula cláusula que proíba o proprietário de alienar o bem dado em garantia.

(B) Constitui-se o penhor industrial mediante a transferência efetiva da posse, devendo seu instrumento ser registrado em Registro de Título e Documentos com efeito declarativo.

(C) A hipoteca não pode ter por objeto a propriedade superficiária.

(D) O penhor agrícola, para sua constituição, deve ser registrado no Registro de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas.

51. O reconhecimento da união estável como entidade familiar, configurada na convivência pública, contínua e duradoura,

(A) pressupõe a inexistência de impedimentos para o casamento e a separação de fato, se a pessoa for casada, não bastando que a união seja constituída com o objetivo de constituição de família.



(B) pressupõe tão somente que a união seja constituída com o objetivo de constituição de família, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

(C) independe do estado civil e da situação de fato de seus membros.

(D) pressupõe a inexistência de impedimentos e de causas suspensivas do casamento, não bastando que a união seja constituída com o objetivo de constituição de família.

52. A declaração de nulidade do casamento importa

(A) a preservação da filiação apenas em relação ao genitor que estiver de boa-fé.

(B) a preservação da filiação materna ou paterna, desde que presentes as condições do casamento putativo.

(C) a nulidade da filiação, em observância à regra de que atos nulos não se convalidam e não são aptos a produzir atos válidos.

(D) a preservação da filiação materna ou paterna, mesmo que ausentes as condições do casamento putativo.

53. Assinale a alternativa correta a respeito dos bens dos filhos sujeitos ao poder familiar.

(A) Os genitores têm obrigação de prestar contas da administração e usufruto dos bens, cabendo ação de prestação de contas proposta pelo filho menor, caso em que será nomeado Curador em razão do conflito de interesses.

(B) A alienação de imóvel do filho dependerá de autorização judicial e será realizada em hasta pública.

(C) O pai não tem direito ao usufruto e administração dos bens adquiridos pelo filho antes do reconhecimento.

(D) É nula a estipulação, em doação de terceiro em favor do filho menor, de cláusula que exclua o usufruto dos genitores sobre o bem doado.

54. É correto afirmar que, no Brasil,

(A) a celebração do casamento é gratuita, por imperativo constitucional.

(B) o casamento civil é uma garantia da laicidade do Estado, vedada qualquer outra forma de casamento.

(C) o casamento de absolutamente incapaz, em razão da idade, é necessariamente nulo, em proteção à pessoa.

(D) os nubentes devem requerer pessoalmente a habilitação para o casamento, vedado requerimento por procuração.

55. Sobre o testamento, é correto afirmar que

(A) não possuem capacidade testamentária o cego, o analfabeto e o surdo.

(B) é por natureza revogável, no exercício da autonomia privada, salvo quanto ao reconhecimento de filhos, ainda que incidentalmente manifestado.

(C) a revogação do testamento correspectivo exige manifestação de vontade de ambos os testadores.

(D) é possível ao testador gravar livremente os bens da legítima com cláusula de inalienabilidade.

56. A renúncia da herança

(A) é irrevogável e deve constar de instrumento público, instrumento particular ou termo judicial.

(B) é revogável e deve constar de instrumento público ou termo judicial.

(C) é irrevogável e deve constar de instrumento público ou termo judicial.

(D) é revogável e deve constar de instrumento público, instrumento particular ou termo judicial.

57. A simulação

(A) leva à anulação, e não à nulidade do negócio jurídico, salvo se absoluta, quando será possível a conversão substancial, em prestígio do princípio da conservação.

(B) relativa, ainda que maliciosa, não impede a subsistência do negócio dissimulado, se válido for na substância e na forma.

(C) ainda que maliciosa, não pode ser declarada de ofício pelo juiz nem ser invocada pelos simuladores.

(D) é espécie de defeito do negócio jurídico, pouco importando se maliciosa ou inocente.

58. O montante que compõe a legítima dos herdeiros necessários, na doação e no testamento, será verificado no momento

(A) da abertura da sucessão.

(B) da liberalidade e da elaboração, respectivamente.

(C) da abertura da sucessão e da liberalidade, respectivamente.

(D) da liberalidade e da abertura da sucessão, respectivamente.

59. A emancipação voluntária dos menores púberes sob poder familiar

(A) depende de homologação judicial, se decorrente da manifestação de apenas um dos pais, que então a concedeu na falta do outro.

(B) é revogável e pode ser formalizada por instrumento particular.

(C) exige instrumento público e independe de homologação judicial.

(D) é vedada pelo ordenamento jurídico, que autoriza apenas a dos menores impúberes.

60. O contrato preliminar, tal como regulado no Código Civil,

(A) prescinde da observância da forma prescrita para o contrato definitivo.

(B) pode deixar para o futuro, na promessa de venda, a determinação do preço.

(C) é privado de efeito, enquanto não levado ao registro competente.

(D) não admite cláusula de arrependimento, considerada ineficaz, quando prevista.

Direito Processual Civil

61. No curso de cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia, o credor exequente requer a penhora de imóvel em relação ao qual o devedor é titular de direitos oriundos de compromisso particular de compra e venda não inscrito no Registro de Imóveis. A medida constritiva é

(A) totalmente inviável, pois que não tendo havido registro do bem em nome do devedor, os direitos oriundos de compromisso particular de compra e venda não inscrito no Registro de Imóveis não são dotados de expressão econômica.



(B) totalmente viável, porque independentemente da inscrição do compromisso no Registro de Imóveis, o devedor já é tido como titular da propriedade sobre o bem, sendo, portanto, penhorável o imóvel e passível de averbação da dita penhora na matrícula.

(C) viável em parte, admitindo-se tão somente a penhora dos direitos do executado sobre o imóvel, e vedada a averbação da penhora no Registro de Imóveis, por afronta ao princípio da continuidade registrária, já que o bem formalmente é propriedade de terceiro.

(D) viável, desde que o credor apresente junto ao Registro de Imóveis cópia do auto ou termo de penhora sobre o imóvel, caso em que a penhora será averbada na matrícula, para presunção absoluta de conhecimento de terceiros.

62. A respeito da tutela provisória no CPC/2015, é correto afirmar que

(A) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.

(B) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

(C) por emanar do poder jurisdicional, aspecto da própria soberania estatal, não implica responsabilidade do autor pelos eventuais prejuízos que a efetivação da medida ocasionar ao réu.

(D) a tutela provisória conserva sua eficácia durante a pendência do processo, exceto em caso de suspensão deste, quando então terá sustados seus efeitos independentemente de pronunciamento judicial.

63. A arbitragem, como meio para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, poderá ser utilizada

(A) pelos entes da Administração Pública direta, desde que não envolva matéria de direito.

(B) pelos particulares, em geral, sem qualquer restrição, inclusive quanto à capacidade.

(C) pelas entidades paraestatais, excluídas as empresas públicas.

(D) pela Administração Pública direta e indireta.

64. Na execução para a cobrança do crédito hipotecário, vinculado ao SFH, a venda do imóvel hipotecado em praça pública deverá observar

(A) preço não inferior ao saldo devedor.

(B) preço não inferior à avaliação do bem.

(C) valor que não seja vil.

(D) preço não inferior a 50% da avaliação do bem.

Direito Penal

65. Diz o parágrafo 5o do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, que: "na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária". Trata-se de

(A) graça.

(B) perdão judicial.

(C) anistia.

(D) indulto.

66. Assinale a alternativa correta.

(A) A embriaguez culposa, por álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.

(B) O agente que em virtude de perturbação da saúde mental não era, ao tempo da ação, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento, é isento de pena.

(C) A paixão ou a emoção não excluem a imputabilidade penal.

(D) Os menores de dezoito anos são semi-imputáveis, pois estão sujeitos às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito Processual Penal

67. Dos princípios constitucionais do processo penal a seguir enumerados, assinale o que admite que a legislação infraconstitucional estabeleça exceções.

(A) Princípio do contraditório.

(B) Princípio da publicidade.

(C) Princípio da presunção da inocência.

(D) Princípio da imunidade à autoacusação.

Direito Tributário

68. Em se tratando de inventário extrajudicial, o imposto incidente sobre a transmissão *causa mortis* dos bens imóveis que compuserem o patrimônio do *de cuius* é devido ao Estado

(A) em que for lavrada a escritura de inventário.

(B) do último domicílio do *de cuius*.

(C) do domicílio do herdeiro que receber o imóvel na partilha.

(D) em que situados os bens.

69. O imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis, de competência dos Municípios, deve ser recolhido quando da lavratura de escritura de

(A) alienação fiduciária de bem imóvel.

(B) constituição de garantia hipotecária.

(C) desincorporação de capital social em pagamento das cotas de sócio que se retira da sociedade.

(D) doação de bem imóvel.



70. Os Tabeliães de Notas devem comunicar à Receita Federal do Brasil – RFB a lavratura de escritura

- (A) de qualquer natureza que importe em aquisição de renda por pessoa física ou jurídica residente ou com sede no Brasil.
- (B) de alienação da qual decorra o recolhimento de imposto sobre ganho de capital.
- (C) lavrada com dispensa da certidão negativa de tributos federais.
- (D) de aquisição e alienação de bem imóvel.

71. Em relação à responsabilidade tributária dos notários e registradores pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício, é correto afirmar que

- (A) é solidária em relação aos contribuintes diretos desses tributos.
- (B) é subsidiária entre notários e registradores.
- (C) é subsidiária em relação aos contribuintes diretos desses tributos.
- (D) independe da responsabilidade dos contribuintes diretos desses tributos.

72. Em relação ao imposto sobre transmissão *causa mortis* e de doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD, é correto afirmar que

- (A) ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros e donatários.
- (B) incide na renúncia pura e simples de herança ou legado.
- (C) é isento quando a legítima do herdeiro necessário estiver gravada com cláusula restritiva e na doação com encargo.
- (D) incide sobre os bens que na partilha forem atribuídos a qualquer herdeiro acima de seu quinhão mediante contraprestação pecuniária.

73. É correto dizer que a imunidade tributária

- (A) é outorgada a Municípios, Estados, Distrito Federal e União, excetuando impostos indiretos como ICMS.
- (B) é outorgada a templos de qualquer culto, livros, periódicos e papel destinado à sua impressão.
- (C) é outorgada às fundações, desde que estas não distribuam lucros.
- (D) é assegurada às entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

Direito Comercial

74. Sobre o empresário individual, assinale a alternativa correta.

- (A) É a pessoa jurídica com um só sócio que exerce atividade econômica para produção ou circulação de bens ou serviços, de maneira habitual e com intuito de lucro.
- (B) É a pessoa física que exerce o comércio ou a indústria em seu próprio nome, em caráter habitual e com intuito de lucro.
- (C) A figura de empresário individual foi extinta com a Lei no 12.441/11, que instituiu a EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada).
- (D) É a pessoa física que exerce atividade econômica, para produção ou circulação de bens ou serviços, de maneira habitual e com intuito de lucro.

75. Segundo o Código Civil,

- (A) os bens empregados na atividade empresarial do empresário individual representam garantia dos credores, portanto não podem ser alienados sem anuência destes.
- (B) o empresário individual casado só precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial se o regime for de comunhão universal.
- (C) o empresário individual casado pode alienar bens imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem outorga conjugal.
- (D) o empresário individual casado precisa de anuência do cônjuge para alienar bens imóveis empregados na atividade empresarial.

76. As sociedades empresariais podem ser

- (A) anônimas ou ilimitadas.
- (B) simples e cooperativas.
- (C) personificadas e não personificadas.
- (D) simples e limitadas.

77. Sociedade em comandita simples é aquela

- (A) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor da quota social e outra com responsabilidade ilimitada.
- (B) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas.
- (C) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor do capital social e outra com responsabilidade ilimitada.
- (D) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor do capital social.

78. As sociedades por ações podem ser

- (A) anônimas, de capital aberto ou fechado, e subsidiária integral.
- (B) anônimas, de capital aberto em pregão ou em balcão, e em comandita simples.
- (C) anônimas, de capital e indústria, e em comandita por ações.
- (D) anônimas, de capital aberto ou fechado, e em comandita por ações.

79. Considere as seguintes afirmações, assinalando a correta.

- (A) As debêntures são títulos emitidos pelas sociedades anônimas que conferem um direito de crédito ao seu titular.
- (B) As ações preferenciais são aquelas que dão origem às debêntures.
- (C) As debêntures podem ser emitidas por escrituras públicas lavradas no Registro do Comércio.
- (D) As debêntures não podem ser convertidas em ações.



Direito Administrativo

80. Em razão da impossibilidade de que as leis prevejam todas as contingências que possam surgir na sua execução, em especial nas diversas situações em que a Administração tiver que executar suas tarefas, devendo optar pela melhor solução, é necessária a utilização do poder administrativo denominado

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder de polícia.
- (D) poder disciplinar.

81. De acordo com a Súmula Vinculante no 5, do Supremo Tribunal Federal,

(A) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição apenas quando a pena aplicada foi a de advertência.

(B) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar é causa de nulidade.

(C) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição apenas quando a pena aplicada foi a de demissão.

(D) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

82. Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta.

(A) No processo judicial, a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço.

(B) Em caso de segurança nacional, o Estado poderá desapropriar bens da União, ouvindo-se o Advogado Geral da União.

(C) A construção de edifícios públicos não é uma das causas de utilidade pública para fins de desapropriação.

(D) Pode haver retrocessão no caso de imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular destinado às classes de menor renda.

83. A licitação é dispensável

(A) para a contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(B) para a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.

(C) na contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

(D) para a contratação de serviços técnicos relativos à restauração de obras de arte com empresas de notória especialização.

84. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de proteção e defesa ao usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual no 10.294/99).

(A) Não se aplica aos serviços públicos prestados pela Administração indireta.

(B) A instauração do processo administrativo nela regulamentado depende de representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo vedada a instauração de ofício.

(C) Incide sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa.

(D) Dispensa o prestador do serviço público de oferecer atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica.

85. Assinale a alternativa correta sobre o ato administrativo.

(A) Competência, forma, finalidade, motivo e imperatividade são requisitos de validade do ato administrativo.

(B) Presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, motivo e objeto são atributos do ato administrativo.

(C) Competência, forma, finalidade, motivo e objeto são requisitos de validade do ato administrativo.

(D) Competência, forma, finalidade, motivo e objeto são atributos do ato administrativo.

86. O regime jurídico-administrativo caracteriza-se por

(A) priorizar o interesse do governante sobre a vontade dos governados, em proteção às minorias.

(B) princípios específicos, como a supremacia e a indisponibilidade do interesse público.

(C) um conjunto de normas e princípios próprios de direito público e de direito privado, considerando que a Administração Pública também celebra contratos típicos de direito privado.

(D) estabelecer as prioridades da Administração Pública, de acordo com a plataforma política do eleito.

87. Nos termos da Lei no 8.429/92, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa

(A) não apenas o agente público, mas também o particular ou o terceiro beneficiado pelo ato.

(B) o representante da pessoa jurídica que receba subvenção, benefício ou incentivo de órgão público, se o instrumento formalizado entre as partes contiver previsão expressa de responsabilidade.

(C) apenas o agente público enriquecido ilícitamente no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública.

(D) o agente público, objetivamente, e seus prepostos de qualquer nível ou hierarquia, culposamente.

88. O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional investido no mandato de Vereador

(A) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

(B) acumulará as vantagens do cargo, emprego ou função e as remunerações do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.

(C) perderá o vínculo com a Administração Pública, obrigatoriamente.

(D) perderá o vínculo com a Administração Pública, facultativamente.

89. Para a permuta de bens públicos com particulares, exige-se, necessariamente,

(A) Decreto-Lei, Decreto Legislativo e interesse público.

(B) autorização legal, avaliação prévia dos bens a serem permutados e interesse público.

(C) licitação, vantagens para a Administração Pública e Decreto-Lei autorizando a permuta.

(D) desafetação dos bens públicos, autorização legal e avaliação dos bens particulares a serem permutados.



Direito Constitucional

90. Aos portugueses serão atribuídos os direitos

- (A) inerentes ao brasileiro nato.
- (B) inerentes ao brasileiro naturalizado.
- (C) inerentes aos do brasileiro, quando tiverem residência permanente no Brasil e havendo reciprocidade no ordenamento português ao brasileiro.
- (D) correspondentes aos do brasileiro nato, quando tiverem residência permanente no Brasil e havendo reciprocidade no ordenamento português.

91. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar que

- (A) o veto presidencial pode ser rejeitado pelo voto de dois terços dos Deputados e Senadores.
- (B) a elaboração de lei delegada pelo Presidente da República depende de decreto legislativo autorizativo, editado pelo Congresso Nacional e que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, sem sujeição do projeto ao Congresso Nacional.
- (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá, em qualquer hipótese, constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- (D) entre outras matérias, é vedada a edição de Medida Provisória sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

92. A Emenda Constitucional no 45/04 introduziu em nosso sistema constitucional o mecanismo de edição pelo Supremo Tribunal Federal de súmulas vinculantes. A regulamentação constitucional da matéria previu

- (A) que o efeito vinculante se estenderá aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (B) que a aprovação da súmula vinculante depende de decisão de pelo menos um terço dos membros do Tribunal.
- (C) que o Supremo Tribunal Federal, na aprovação da súmula vinculante, apenas atuará mediante provocação dos legitimados à ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) que do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal, que julgando-o procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial.

93. A intervenção federal é a supressão excepcional e temporária da autonomia do Estado-membro que

- (A) dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior Eleitoral no caso de coação contra o Poder Judiciário.
- (B) compete privativamente ao Presidente da República, que a determinará via decreto, em qualquer caso, independentemente de provocação de outros Poderes da República.
- (C) implicará automaticamente a definitiva destituição das autoridades estaduais responsáveis de seus respectivos cargos.
- (D) dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.

94. Sobre os direitos fundamentais, é correto afirmar que

- (A) podem ser suprimidos, desde que se faça por emenda constitucional, aprovada em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional, exigindo-se o *quórum* qualificado de três quintos.
- (B) se estendem exclusivamente aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.
- (C) são previstos exhaustivamente na Constituição da República.
- (D) as normas que os definem têm aplicação imediata.

95. Assinale a alternativa correta.

- (A) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados, cuidando-se de exercício da competência supletiva.
- (B) Aos Estados-membros são reservadas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição, cuidando-se aí de expressão da competência denominada remanescente ou reservada.
- (C) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, em matéria de competência legislativa concorrente, fica obstada a competência legislativa dos Estados sobre o tema.
- (D) Em matéria de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, os Municípios não detêm competência legislativa suplementar.

96. São direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal:

- (A) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- (B) o devido processo legal, a gratuidade do registro civil de nascimento para os reconhecidamente pobres, a livre manifestação do pensamento, e a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando verossímeis os fatos alegados ou for ele hipossuficiente.
- (C) a razoável duração do processo, a propositura de ação privada para os crimes de ação pública, quando esta não for intentada no prazo legal, a ação de *habeas data*, e a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) a ação de *habeas corpus*, a liberdade de associação, a vedação no processo das provas obtidas por meios ilícitos, a erradicação da pobreza, e a soberania.

97. A duração razoável do processo

- (A) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação imediata.
- (B) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e tem aplicação imediata.
- (C) não é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação



imediate.

(D) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e não tem aplicação imediata.

98. Sobre o controle de constitucionalidade, é correto afirmar que

(A) na modalidade concentrada, será exercido pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta, em processo de natureza objetiva, cuja decisão é dotada de efeitos *erga omnes*.

(B) na modalidade preventiva, será exercido exclusivamente pelo Congresso Nacional por meio das Comissões de Constituição e Justiça.

(C) na modalidade concentrada, será exercido por qualquer órgão judicial, de modo incidental ao caso concreto que se lhe apresente, por qualquer via processual idônea.

(D) na modalidade difusa, será exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão, entretanto, não terá caráter *erga omnes*, o que dependerá de posterior resolução do Senado Federal suspendendo a execução do ato normativo questionado.

99. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal:

(A) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, licença à gestante com duração de 120 dias, mediante redução de 1/3 do salário durante o período.

(B) fundo de garantia do tempo de serviço, remuneração do trabalho superior à do noturno, adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(C) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a quarenta por cento à do normal, licença-paternidade, seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

(D) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proteção do salário, aviso prévio de no mínimo vinte dias, relação de emprego protegida contra a despedida sem justa causa.

Conhecimentos Gerais

100. Assinale a alternativa que indica qual dos tabeliães paulistas a seguir identificados foi considerado um dos artífices da Semana de Arte Moderna de 1922, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de “Juca Mulato”, cujo excerto segue: “Sofre, Juca Mulato, é tua sina, sofre...Fechar ao mal de amor nossa alma adormecida é dormir sem sonhar, É viver sem ter vida.”

(A) Antonio Augusto Firmo da Silva.

(B) Cícero Pompeo de Toledo.

(C) Manoel Ubaldino de Azevedo.

(D) Paulo Menotti Del Picchia.

Versão 1 (GABARITO)

1 – C	2 – B	3 – B	4 – A	5 – C	6 – D	7 – B	8 – D	9 – A	10 – B
11 – A	12 – C	13 – D	14 – A	15 – D	16 – A	17 – C	18 – B	19 – C	20 – C
21 – D	22 – B	23 – A	24 – D	25 – C	26 – B	27 – B	28 – D	29 – A	30 – B
31 – B	32 – C	33 – D	34 – A	35 – C	36 – D	37 – A	38 – B	39 – C	40 – A
41 – D	42 – B	43 – D	44 – A	45 – A	46 – D	47 – C	48 – C	49 – B	50 – D
51 – A	52 – D	53 – C	54 – A	55 – B	56 – C	57 – B	58 – D	59 – C	60 – A
61 – C	62 – A	63 – D	64 – A	65 – B	66 – C	67 – B	68 – D	69 – C	70 – D
71 – C	72 – A	73 – B	74 – D	75 – C	76 – C	77 – C	78 – D	79 – A	80 – B
81 – D	82 – A	83 – C	84 – C	85 – C	86 – B	87 – A	88 – B	89 – B	90 – C
91 – D	92 – A	93 – D	94 – D	95 – B	96 – C	97 – A	98 – A	99 – B	100 – D

VERSÃO 2

Registros Públicos e Notarial

01. Os atos registrares relativos às vias férreas devem ser praticados

(A) nos Registros Imobiliários correspondentes a todas as estações da respectiva linha.

(B) no Registro Imobiliário correspondente à estação final da respectiva linha.

(C) em todos os Registros Imobiliários pelos quais passar a respectiva linha, correspondentemente ao trecho que integra sua circunscrição territorial.

(D) no Registro Imobiliário correspondente à estação inicial da respectiva linha.

02. Revogada a ordem judicial de sustação, a lavratura e o registro do protesto por falta de pagamento

(A) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, autorizado o cômputo do tempo transcorrido antes da ordem de sustação.

(B) exigem nova intimação do devedor.

(C) ficam condicionados ao decurso do prazo legal para tirada do protesto, a fluir por inteiro, independentemente de nova intimação.

(D) devem ser efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da ordem de revogação.

**DICOGE 1.1****CONCURSO EXTRAJUDICIAL****10º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO****EDITAL Nº 06/2016 – IMPUGNAÇÕES ÀS QUESTÕES DA PROVA DE SELEÇÃO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 10º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, **FAZ SABER** que foram recebidas e apreciadas as seguintes impugnações às questões das provas de seleção do referido certame (obs.: os candidatos que apresentaram mais de um recurso tiveram todos juntados no mesmo processo):

TABELA I

PROCESSO	CANDIDATO
2016/64394	ANDERSON GARCIA CIRILLO
2016/64305	ANDRÉ LUIS TOLENTINO MOURA
2016/65988	ANDRÉ LUIZ BIEN DE ABREU
2016/66001	BRUNO RIBEIRO GUEDES
2016/66063	CAMILA COSTA XAVIER
2016/66064	CARINA MACHADO OCCHIENA
2016/66075	CLEONICE PACHECO DE CASTRO
2016/64365	FABIO SOUZA BITTENCOURT
2016/66229	GUSTAVO HENRIQUE MATTOS VOLTOLINI
2016/66434	JOSÉ MANUEL DA COSTA
2016/66444	JULIANA PECCHIO GONÇALVES DO PRADO SIMÕES
2016/64009	LUCIANA PFEILSTICKER SOUSA SANTOS
2016/66973	LUIZ HUMBERTO LANZONI
2016/64335	LUIZ OTAVIO PEREIRA PAULA
2016/66660	NUBIA MARA PEREIRA BARBOSA
2016/65464	OTONIEL ROBERTO DOS SANTOS
2016/66671	PEDRO HENRIQUE LOBO TORRES
2016/66672	PEDRO HENRIQUE MARTINS BRAGATTO
2016/66676	PRISCILLA BARBOSA SILVA
2016/62990	RICARDO LIMA CAIXETA
2016/62680	RODRIGO CANEVASSI MURAKAMI

Nos processos da **TABELA I** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação deferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 13/2016, cuja cópia deverá constar a seguir juntada nestes autos. Publique-se esta decisão e archive-se. SP, 13/05/2016, (a) **WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR**, Desembargador Presidente da Comissão do 10º Concurso.

TABELA II

PROCESSO	CANDIDATO
2016/65978	ADRIANO MASSATOSHI HANAMOTO DA SILVA
2016/65983	ALCIONE MONTANI DUCCESCHI FONTES
2016/66000	ALESSANDRA DOMINGUES BOSQUEIRO
2016/63492	ALESSANDRA LAGOS CHAVES
2016/66002	ALESSANDRO MAGALHÃES DE MORAES
2016/66003	ALEXANDRE HENRIQUE MARQUES SOARES
2016/64307	ALEXSANDRO SILVA TRINDADE
2016/63494	ALINNE CARDOSO DA SILVA
2016/64401	AMANDA GONÇALVES BENVENUTTI POZZOBON
2016/66006	ANA BEATRIZ CRUZ DE OLIVEIRA
2016/66007	ANA CAROLINA DE AZEVEDO ESTEVES SCHMITZ
2016/66005	ANA CAROLINA FANUCCI MORAES DE ALMEIDA POLETTI
2016/65984	ANA CHRISTINA ARAUJO
2016/64287	ANA CLAUDIA FREITAS BRUGNARA AMORIM
2016/63511	ANA FLAVIA VARNIER GOMES
2016/65986	ANA PAULA MENDES BORGES
2016/65984	ANDA CRISTINA ARAUJO
2016/65149	ANDRÉ BORGES DE CARVALHO BARROS
2016/65535	ANDRE DE CARVALHO BARBOSA ALVARES



2016/65990	ANDRE LUIZ FERREIRA VALADARES
2016/65993	ANDREA SALES SANTIAGO SCHMIDT
2016/64544	ANIZ EDUARDO BONEDER AMADEI
2016/65989	ANNA CHRISTINA ZENKNER
2016/64393	ANTONIO DE FREITAS MENEZES FILHO
2016/65995	ANTONIO JORGE FREITAS LOPES
2016/65997	BRUNO CARPANEDA SCHMIDT
2016/65998	BRUNO CESAR DE OLIVEIRA MACHADO
2016/64250	BRUNO LUIS ARCARO
2016/63892	BRUNO MIRANDA NOVAES BARBOSA
2016/66062	CAIO PACCA FERRAZ DE CAMARGO
2016/66058	CAMILA CAIXETA CARDOSO
2016/65360	CAMILA GIBBA GOMES
2016/62638	CAMILA GONÇALVES NOBRE
2016/66066	CARLOS FERNANDO PRETTO REIS
2016/62678	CARLOS JOSE GAVIRA
2016/66061	CAROLINE DE CAMARGO SILVA VENTURELLI
2016/64382	CAROLINE FIGUEIREDO SOARES DE ALMEIDA
2016/62997	CASSIO HENRIQUE DOLCE DE FARIA
2016/64376	CESAR ROMERO DE CARMO
2016/66069	CINTIA POMMERENING
2016/66071	CLARISSA DO NASCIMENTO ORTIZ JAYME
2016/63868	CRISTIANO HENRIQUE FRANCISCO
2016/66078	DAIANA FLORES
2016/63871	DANIEL DE ARAUJO CORREA
2016/63893	DANIELA CRISTINA LOBO FERREIRA
2016/63802	DANIELE MESSIAS CORREA LUIZ
2016/66082	DANIELLE BUENO FERNANDES NAVARINI
2016/63487	DANILO CARVALHO TAVARES
2016/66079	DANNIEL LIBRELON PIMENTA
2016/64400	DAVID DENNER DE LIMA BRAGA
2016/66083	DAVID GUILHERME BRITO CORREIA
2016/63905	DEBORA LUIZA DA SILVA
2016/63878	DEBORAH DE LIMA POSSAR
2016/66084	DENISE LUCIO TAVELA
2016/64398	DIEGO RODRIGUES DA SILVA
2016/64411	DIEGO SANTOS SILVEIRA
2016/66169	EDUARDO KURTZ LORENZONI
2016/66170	EDUARDO LUIS AYRES DUARTE DA ROSA
2016/66172	EDUARDO QUINTINO
2016/66171	EDUARDO SCOMPARIN TUNDISI
2016/66167	ERIKA KAZUMI KASHIWAGI
2016/66168	FABIANA APARECIDA CANUTO FILGUEIRAS
2016/63996	FABIANO TADEU DE CAMPOS
2016/61806	FABIO ALESSANDRO MONTEALBANO
2016/66175	FAGNER VILAS BOAS SOUZA
2016/66176	FERNANDA FROIS FARIA
2016/63036	FERNANDA LOURES DE OLIVEIRA
2016/66177	FERNANDA MATOS RABELO
2016/66178	FERNANDO CEZAR LOPES CASSIONATO
2016/66180	FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES
2016/66179	FERNANDO LOPES LACERDA
2016/64546	FERNANDO PUPO MENDES
2016/66181	FILIPE CARVALHO PEREIRA
2016/66182	FLAVIA DE OLIVEIRA DIAS FONSECA
2016/66183	FLAVIA GUIOTI
2016/66184	FLAVIA SCANAVACHI
2016/66185	FLAVIO PRADO RIVABENE
2016/62818	FRANCISCO DE ASSIS MELO FILHO
2016/64387	FREDERICO AUGUSTO PASSARELLI MENDONÇA
2016/63490	GABRIEL MELO FERNANDES
2016/63478	GABRIEL TARSITANO RIBEIRO
2016/63894	GILMAR RODRIGUES DE MATOS
2016/63466	GISELLE MARGARETH PILLA BLANKENSTEIN



2016/62916	GRACIANO PINHEIRO DE SIQUEIRA
2016/66226	GRAYCE GALVAGNI
2016/62607	GUILHERME LUIZ DUTRA
2016/62874	GUILHERME STEIGLEDER
2016/65635	GUSTAVO DE REVOREDO PUGSLEY
2016/66220	HENRIQUE AGOSTINHO DA RCOHA
2016/66221	HENRIQUE ALMEIDA RIBEIRO
2016/64551	HERMES WAGNER BETETE SERRANO
2016/66222	HILARIO MARCELO GARRIDO SILVESTRE
2016/64170	IOLANDA FRANÇA NETA
2016/66231	ISAAC FERREIRA DA SILVA NETO
2016/64552	ISABEL NOVEMBRE SANGALI
2016/66234	ITALO FERNANDO COSTA
2016/62684	IVY HELENE LIMA PAGLIUSI
2016/63481	JANAINA TATIANE CARUZO
2016/64167	JEFFERSON LUCAS ALVES
2016/64555	JERFERSON ALEXANDRE GRAMASCO
2016/66428	JOAO PAULO VASCONCELOS DE MORAES
2016/66429	JOFRE ARMANDO ANTUNES NETO
2016/66430	JORDAN HILDEBRANDO DE FREITAS OBEID
2016/66431	JORGE RACHID HABER NETO
2016/64386	JOSE ACACIO JULIAN
2016/64219	JOSÉ EDUARDO LEITE DE CAMARGO BARROS
2016/66432	JOSE EDUARDO RIZZI
2016/66433	JOSE HERMINIO DOS SANTOS FUNICELLI
2016/63881	JOSE LUCAS RODRIGUES OLGADO
2016/66436	JOSE MARCELO OGNIBENE AMARAL VIEIRA
2016/66435	JOSE MARIA LOPES DA SILVA
2016/66437	JOSE MATIAS LOIOLA SARMENTO
2016/66438	JUCELIA FATIMA SEIDLER JEREMIAS
2016/66440	JULIANA ALVES MIRAS BARROS
2016/64373	JULIANA DOS SANTOS SILVA
2016/66442	JULIANA FRIEDRICH FARAJ ROMAGNA GRASSO
2016/66445	JULIANA RODRIGUES ZANCHETTA
2016/66446	JULIANO BENVENUTO GUIDI
2016/66449	KARINA MEDEIROS DE ABREU
2016/66450	KARINA VIEGAS BRUNIALTI
2016/64185	KATIA CIRSTINA SILENCIO POSSAR
2016/66448	KENNYSTON NEGRAO DE MELO
2016/66451	KLEBERSON RODRIGO GRASSI
2016/66956	LARISSA PRADO SANTANA
2016/64561	LEANDRO JOSE MEIRELES E SILVA
2016/66957	LEANDRO MARCUS BRANDÃO
2016/66958	LEILY VANEIA MEDEIROS DORNELAS
2016/66959	LEONARDO GOMES PEREIRA
2016/66960	LEONARDO PERETTI GIONGO
2016/66961	LEONIDAS ANDRADRE DE JESUS TANUS
2016/63491	LETICIA JACQUES MARQUES PRASS
2016/66962	LILIA SILVA DE ASSIS
2016/63828	LIVIA PAULA DA SILVA ANDRADRE VILLARROEL
2016/64396	LUCAS ALVES PINAFFI
2016/64340	LUCAS DA SILVA PERES
2016/66964	LUCAS DOS SANTOS PAVIONE
2016/66965	LUCAS NICOLATTI ALVES PINTO
2016/62800	LUCAS SHIGUERU FUJIIKE
2016/66966	LUCIANA LOYOLA DE SOUZA ZUMBA
2016/64322	LUCIANA VILA MARTHA
2016/62996	LUCIANO CROTTI PEIXOTO
2016/66968	LUCIANO MARTINS DA SILVEIRA
2016/66970	LUDI LUSWARGHI
2016/66975	LUIS RAMON ALVARES
2016/62822	LUISA MENDES LARA
2016/64360	LUIZ GUSTAVO MONTEMOR
2016/64346	MARCELA CASTRO MAGNO DE ARAUJO



2016/66239	MARCELLO RENNO DE SIQUEIRA ANTUNES
2016/66236	MARCELO PAZ
2016/66238	MARCELO SEBASTIAO GERN TORRES
2016/64399	MARCIA DE PENNAFORT LINS
2016/64247	MARCIO CORREIA VASCONCELOS
2016/66243	MARCIO HENRIQUE MORAIS
2016/64412	MARCOS ANTONIO BUENO
2016/66241	MARCOS CLARO DA SILVA
2016/61804	MARCUS VINICIUS TAVARES
2016/66245	MARIA CECILIA MENDES BORGES
2016/64031	MARIA LYDIA GOMES FLORA
2016/66249	MARIANA VIDA PIEDADE
2016/66250	MARINA DURLO NOGUEIRA LIMA
2016/63485	MARINA MARIA FIORESE PHILIPPI
2016/66583	MARIO ALAN PARRA RODRIGUES
2016/64004	MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
2016/64534	MARLON ROBERTO DE BRITO
2016/62917	MATEUS AFONSO VIDO DA SILVA
2016/66588	MICHELLY MAIA ALVARENGA
2016/66589	MILENA GUERREIRO
2016/66590	MILTON FLAVIO CORREA FILHO
2016/66086	NAYARA CANDOTTI SANTANA
2016/64359	NILSON VANDERLEI DE ANDRADE
2016/66661	NUBIA REZENDE SALOME
2016/66662	OLIVIA WALDEMBURGO DE OLIVEIRA ABRUNHOSA
2016/64391	OSWALDO RUIZ FILHO
2016/63467	OSWALDO SHUSSAKU ISOBE
2016/62596	OZIEL RIBEIRO DA ROCHA
2016/66665	PABLO MARTINS DRUMOND
2016/64548	PAMELA KAUANA CAMPOS PEREIRA
2016/64176	PATRICIA GASPERINI FARIA SALIBA
2016/65366	PATRICIA LEAL MUSA
2016/64383	PATRICK TÓMAS MARTINS
2016/66667	PAULA BARALDI ARTONI
2016/66668	PAULA FABIOLA CIGANA
2016/63059	PAULO DAVI JABUR DAMIAO POLETE
2016/64554	PAULO ROBERTO CAMINHA COSTA
2016/66669	PAULO VITOR ORLANDI DE LIMA
2016/66670	PEDRO DI IULIO ILARRI
2016/66673	PLINIO DE CASTRO PARANHOS FERREIRA
2016/66675	POLYANA FURTADO REGATIERI
2016/65365	PRISCILLA MARINO OLIVEIRA MATOS
2016/66187	RAFAEL ANTONIO CASTRO MARQUES
2016/63914	RAFAEL CARVALHO OLDENBURG DE ALMEIDA
2016/66189	RAFAEL EUZEBIO SANTANA
2016/62826	REBECA MARCHEZONI ALHO MORAES
2016/66191	REMI JOSE CARNIEL JUNIOR
2016/66192	RENATO DA CUNHA CANTO NETO
2016/64343	RENATO SIDNEY DELAVIA
2016/66193	RENATO SILVA HYPOLITO
2016/66194	RENE WEIBER DOS SANTOS
2016/66642	RICARDO BALDANI OQUENDO
2016/64549	RICCIERI PATTINI
2016/62815	RODRIGO FERACINE ALVARES
2016/63947	RODRIGO SILVA TRIGUEIRO
2016/66648	ROGER GIARETTA STEFANELLO
2016/66649	RONALDO SILVA DE OLIVEIRA
2016/66650	RONAN CARDOSO NAVES NETO
2016/64545	RUBENS FABRICIO BARBOSA
2016/64550	RUBENS RABELLO DA CUNHA
2016/66652	SAMUEL LUCAS FERREIRA NUNES
2016/64035	SANDRA MARIA BARCELOS
2016/66883	SARA MORAIS DE OLIVEIRA
2016/66885	SAVIO RODRIGO ANTUNES DOS SANTOS ROSA



2016/66888	SHELLY BORGES DE SOUZA
2016/62317	SILVESTRE GOMES DOS ANJOS
2016/63024	SILVIA DA SILVA PINHEIRO TAMAROZZI
2016/66890	STAEI BAHIANSE DE ARAUJO
2016/66687	TAISA SILVA DIAS FREZZA
2016/66688	THAIS FREITAS PEREIRA DE MELO AIROLDI
2016/64172	THAIS VASCONCELOS DANTAS CANGUSSU
2016/67284	THIAGO ARRUDA CAMPOS
2016/67285	THIAGO CORTES REZENDE SILVEIRA
2016/66680	VAGNOS KELLY FIGUEIREDO DE MEDEIROS
2016/66681	VALDEVIR ROBERTO ZANARDI
2016/66683	VICTOR ALEXANDRE GODOY FALAVINHA
2016/66682	VINICIUS TAKAHASHI
2016/66686	VITORIA DALRI PAGANI
2016/62912	VLADIMIR SEGALLA AFANASIEFF
2016/66452	WELLINGTON CLAUDIO PINHO DE CASTRO
2016/66454	WIRIS CARLOS LOPES
2016/66679	YEDA MANSOR COLETI

Nos processos da **TABELA II** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação deferida parcialmente, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 13/2016, cuja cópia deverá constar a seguir juntada nestes autos. Publique-se esta decisão e archive-se. SP, 13/05/2016, (a) **WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR**, Desembargador Presidente da Comissão do 10º Concurso.

TABELA III

PROCESSO	CANDIDATO
2016/65981	ADELSON LUIZ CORREIA
2016/65980	ALBERTO RODRIGUES FREIRE
2016/66004	ALFREDO MARION JUNIOR
2016/63504	ALINE LIMA PESSOA DE MENDONÇA
2016/63920	ALISON CLEBER FRANCISCO
2016/63004	ALLAN TEODORO PATTO
2016/65985	ANA ELISA DO VALLE MESQUITA LOMAZINI
2016/65987	ANDRE LEANDRO LIMA TELES
2016/65991	ANDRE MACHADO DE SOUZA
2016/65992	ANDREA GOMES DE SOUZA
2016/64344	ANDREA SANTOS GIGLIOTTI
2016/63506	ANDREY VILAS BOAS DE FREITAS
2016/64392	ANGELA APARECIDA OLIVEIRA SOUSA
2016/65996	ARI ROCHA FERRAZ JUNIOR
2016/63803	ARI ROCHA FERRAZ JUNIOR
2016/66065	CARLA KRAMP
2016/66067	CARLOS RENATO MARTINS LEANDRO FILHO
2016/64367	CARLOS RODOLFO DALL AGLIO ROCHA
2016/66068	CASSIO F C BRASIL
2016/63805	CELIA REGINA ROMERA AMORIM
2016/66070	CIRO PAULINO MIRANDA GARCIA
2016/66072	CLAUDIA CARVALHO DA SILVA E SOUZA
2016/65362	CLAYTON DE PAULA SANTOS OLIVEIRA MATOS
2016/66074	CLECIO ROMERO PEREIRA
2016/66076	CONRRADO REZENDE SOARES
2016/66077	CRISTIANO CAMPELO SODRE
2016/66080	DANIELA BELING PINHEIRO
2016/66081	DANIELLE BORTOLOTO DA SILVA
2016/65364	DEOCLECIO DANTAS FERREIRA NETO
2016/64364	DEUSA MARA MONTEIRO DE ALMEIDA
2016/66165	EDSON SILVA TRINDADE
2016/62748	EDUARDO BARBOSA DE RESENDE
2016/64553	EDUARDO MARTINES JUNIOR
2016/64381	ERICH KLAUSS TAVARES METZGER
2016/63488	FABIO JOSE DE ALMEIDA GOMES PINHEIRO
2016/66173	FABIO KOGA PETRULIO
2016/64390	FERNANDA MANZANO SAYEG



2016/66186	FREDERICO DE SOUZA MORENO
2016/66223	GABRIEL LOUREIRO DA ROCHA
2016/64536	GEOVANIA DE FREITAS VENTURIN
2016/63899	GILBERTO JOSE DA COSTA
2016/62872	HENRIQUE DE ALMEIDA PRADO FRANCESCHI
2016/66230	INGRID NOETZOLD DE ALMEIDA
2016/66233	ISABELA BICALHO XAVIER
2016/63502	IVAN JACOPETTI DE LAGO
2016/63929	IZABEL ROSA MOREIRA
2016/66235	IZAIAS GOMES FERRO JUNIOR
2016/66427	JOAMAR GOMES VIEIRA NUNES
2016/64385	JOAVAN EMIDIO SANTOS
2016/63866	JOSE LUIZ GERMANO
2016/66439	JULIA GABRIELA PORFIDA FERREIRA
2016/66441	JULIANA DUCLERC COSTA REIS
2016/66443	JULIANA GILLI
2016/64402	JULIANO RADUAN MIGUEL
2016/66447	JULIO CESAR ROCHA
2016/63923	KAREEN ZANOTTI DE MUNNO
2016/63897	LARISSA AGUIDA VILELA PEREIRA
2016/64339	LUCILA PAULA CRUZ CARVALHO
2016/66976	LUIS RICARDO BYKOWSKI DOS SANTOS
2016/66978	LUIZA HELENA CARDOSO CHAVES MORAES
2016/66971	LUIZ CARLOS DE ALVARENGA
2016/66977	LUIZA DOWER DE MELO
2016/62879	MANOEL ARISTIDES SOBRINHO
2016/66594	MARCELO GONÇALVES TIZIANI
2016/64535	MARCELO TANCREDI
2016/66242	MARCIA HELENA SILVA RIBEIRO
2016/62804	MARCIO HENRIQUE DE BRITO MAZETI
2016/64556	MARCIO RODRIGUES GAMA
2016/66244	MARCOS SOUSA E SILVA
2016/66246	MARIA PAULA BITTANTE DE OLIVEIRA
2016/66247	MARIANA CARVALHO DE SOUZA
2016/66585	MARIO MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO
2016/66586	MICHELLE ATHAYDE BAGDONAS
2016/66587	MICHELLY GISELE DE OLIVEIRA
2016/63025	MILTON FERNANDO LAMANAUSKAS
2016/66591	MINEIA VIANNA
2016/66592	MIRIAN CRISTINA DOS SANTOS SOUZA
2016/62828	MOACYR PETROCELLI DE AVILA RIBEIRO
2016/66593	MYRTIS PENHA CORREA
2016/66087	NATALIA CRISTINA BARBOSA
2016/66659	NATALIA GRANJA MACHADO
2016/66674	POLLYANA FONSECA VALERIO
2016/66677	PRICILLA CAMARGO ROZEGUINI
2016/64368	RAFAELA WILDNER DE MEDEIROS
2016/66190	RAQUEL DUARTE GARCIA
2016/64355	RICARDO HENRIQUE ALVARENGA CUNHA
2016/62793	RITA DENISE BOCHETTI SILVA
2016/66644	ROBERTA GONÇALVES LEITE DOS SANTOS
2016/66645	RODRIGO DUZSINSKI
2016/66646	RODRIGO FUCHSHUBER CALDAS
2016/64258	ROGERIO PAZ LIMA
2016/64328	RONY CASSIO MAURICIO DA ROCHA BARBOSA
2016/66882	SANDRO DE OLIVEIRA
2016/66884	SAULO DE OLIVEIRA SALVADOR JUNIOR
2016/66886	SERGIO DE ARRUDA COSTA MACEDO
2016/66887	SERGIO TADEU PUPO
2016/66889	SILVIA RESENDE TAVARES
2016/65359	SIMONE PRAXEDES PEREIRA
2016/67281	THAIS COELHO RODRIGUES
2016/67283	THATIANE FERREIRA FEDATO
2016/63980	THIAGO AMORIM BARCELOS



2016/66685	VICTOR HENRIQUES MARTINS FERREIRA
2016/66684	VICTOR HUGO BARBOZA CHALUB
2016/66453	WESLEY MARQUES LEITE

Nos processos da **TABELA III** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação indeferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 13/2016, cuja cópia deverá constar a seguir juntada nestes autos. Publique-se esta decisão e archive-se. SP, 13/05/2016, (a) **WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR**, Desembargador Presidente da Comissão do 10º Concurso.

FAZ SABER, AINDA, que foram **ANULADAS AS QUESTÕES 84 E 99. CRITÉRIO PROVIMENTO**, conforme segue:

QUESTÃO Nº 84

(VERSÃO 01)

84. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de proteção e defesa ao usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.294/99).

(A) Não se aplica aos serviços públicos prestados pela Administração indireta.

(B) A instauração do processo administrativo nela regulamentado depende de representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo vedada a instauração de ofício.

(C) Incide sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa.

(D) Dispensa o prestador do serviço público de oferecer atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica.

(VERSÃO 02)

84. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de proteção e defesa ao usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.294/99).

(A) A instauração do processo administrativo nela regulamentado depende de representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo vedada a instauração de ofício.

(B) Não se aplica aos serviços públicos prestados pela Administração indireta.

(C) Dispensa o prestador do serviço público de oferecer atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica.

(D) Incide sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa.

(VERSÃO 03)

84. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de proteção e defesa ao usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.294/99).

(A) Dispensa o prestador do serviço público de oferecer atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica.

(B) Incide sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa.

(C) Não se aplica aos serviços públicos prestados pela Administração indireta.

(D) A instauração do processo administrativo nela regulamentado depende de representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo vedada a instauração de ofício.

(VERSÃO 04)

84. Assinale a alternativa correta sobre a Lei de proteção e defesa ao usuário do serviço público do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.294/99).

(A) Incide sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos do Ministério Público, quando no desempenho de função administrativa.

(B) Dispensa o prestador do serviço público de oferecer atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica.

(C) A instauração do processo administrativo nela regulamentado depende de representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor, sendo vedada a instauração de ofício.

(D) Não se aplica aos serviços públicos prestados pela Administração indireta.

**QUESTÃO Nº 99****(VERSÃO 1)**

99. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal:

(A) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, licença à gestante com duração de 120 dias, mediante redução de 1/3 do salário durante o período.

(B) fundo de garantia do tempo de serviço, remuneração do trabalho superior à do noturno, adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(C) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a quarenta por cento à do normal, licença-paternidade, seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

(D) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proteção do salário, aviso prévio de no mínimo vinte dias, relação de emprego protegida contra a despedida sem justa causa.

(VERSÃO 2)

99. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal:

(A) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a quarenta por cento à do normal, licença-paternidade, seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

(B) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, licença à gestante com duração de 120 dias, mediante redução de 1/3 do salário durante o período.

(C) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proteção do salário, aviso prévio de no mínimo vinte dias, relação de emprego protegida contra a despedida sem justa causa.

(D) fundo de garantia do tempo de serviço, remuneração do trabalho superior à do noturno, adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(VERSÃO 3)

99. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal:

(A) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proteção do salário, aviso prévio de no mínimo vinte dias, relação de emprego protegida contra a despedida sem justa causa.

(B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a quarenta por cento à do normal, licença-paternidade, seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.

(C) fundo de garantia do tempo de serviço, remuneração do trabalho superior à do noturno, adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, licença à gestante com duração de 120 dias, mediante redução de 1/3 do salário durante o período.

(VERSÃO 4)

99. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assegurados pelo art. 7º da Constituição Federal:

(A) fundo de garantia do tempo de serviço, remuneração do trabalho superior à do noturno, adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(B) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proteção do salário, aviso prévio de no mínimo vinte dias, relação de emprego protegida contra a despedida sem justa causa.

(C) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva, licença à gestante com duração de 120 dias, mediante redução de 1/3 do salário durante o período.

(D) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, a quarenta por cento à do normal, licença-paternidade, seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.



FAZ SABER, TAMBÉM, que foi **RETIFICADO ERRO MATERIAL NO GABARITO DA QUESTÃO Nº 77. CRITÉRIO PROVIMENTO**, conforme segue:

QUESTÃO 77

(VERSÃO 1)

77. Sociedade em comandita simples é aquela

(A) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor da quota social e outra com responsabilidade ilimitada.

(B) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas.

(C) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor do capital social e outra com responsabilidade ilimitada.

(D) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor do capital social.

(SERÁ CONSIDERADA COMO CORRETA A ALTERNATIVA "A")

(VERSÃO 2)

77. Sociedade em comandita simples é aquela

(A) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas.

(B) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor da quota social e outra com responsabilidade ilimitada.

(C) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor do capital social.

(D) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor do capital social e outra com responsabilidade ilimitada.

(SERÁ CONSIDERADA COMO CORRETA A ALTERNATIVA "B")

(VERSÃO 3)

77. Sociedade em comandita simples é aquela

(A) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor do capital social e outra com responsabilidade ilimitada.

(B) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor do capital social.

(C) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor da quota social e outra com responsabilidade ilimitada.

(D) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas.

(SERÁ CONSIDERADA COMO CORRETA A ALTERNATIVA "C")

(VERSÃO 4)

77. Sociedade em comandita simples é aquela

(A) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor do capital social.

(B) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor do capital social e outra com responsabilidade ilimitada.

(C) em que todos os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas.

(D) que possui duas espécies de sócios, uma com responsabilidade limitada ao valor da quota social e outra com responsabilidade ilimitada.

(SERÁ CONSIDERADA COMO CORRETA A ALTERNATIVA "D")



FAZ SABER, FINALMENTE, que **SERÃO CONSIDERADAS CORRETAS 02 (DUAS) ALTERNATIVAS DA QUESTÃO Nº 89. CRITÉRIO PROVIMENTO**, conforme segue:

QUESTÃO Nº 89

(VERSÃO 1)

89. Para a permuta de bens públicos com particulares, exige-se, necessariamente,

- (A) Decreto-Lei, Decreto Legislativo e interesse público.
- (B) autorização legal, avaliação prévia dos bens a serem permutados e interesse público.
- (C) licitação, vantagens para a Administração Pública e Decreto-Lei autorizando a permuta.
- (D) desafetação dos bens públicos, autorização legal e avaliação dos bens particulares a serem permutados.
(ALTERNATIVAS CORRETAS "B" e "D")

(VERSÃO 2)

89. Para a permuta de bens públicos com particulares, exige-se, necessariamente,

- (A) licitação, vantagens para a Administração Pública e Decreto-Lei autorizando a permuta.
- (B) desafetação dos bens públicos, autorização legal e avaliação dos bens particulares a serem permutados.
- (C) autorização legal, avaliação prévia dos bens a serem permutados e interesse público.
- (D) Decreto-Lei, Decreto Legislativo e interesse público.
(ALTERNATIVAS CORRETAS "B" e "C")

(VERSÃO 3)

89. Para a permuta de bens públicos com particulares, exige-se, necessariamente,

- (A) desafetação dos bens públicos, autorização legal e avaliação dos bens particulares a serem permutados.
- (B) autorização legal, avaliação prévia dos bens a serem permutados e interesse público.
- (C) Decreto-Lei, Decreto Legislativo e interesse público.
- (D) licitação, vantagens para a Administração Pública e Decreto-Lei autorizando a permuta.
(ALTERNATIVAS CORRETAS "A" e "B")

(VERSÃO 4)

89. Para a permuta de bens públicos com particulares, exige-se, necessariamente,

- (A) Decreto-Lei, Decreto Legislativo e interesse público.
- (B) licitação, vantagens para a Administração Pública e Decreto-Lei autorizando a permuta.
- (C) desafetação dos bens públicos, autorização legal e avaliação dos bens particulares a serem permutados.
- (D) autorização legal, avaliação prévia dos bens a serem permutados e interesse público.
(ALTERNATIVAS CORRETAS "C" e "D")

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.
São Paulo, 13 de maio de 2016.

(a) **WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JÚNIOR** - Desembargador Presidente da Comissão do 10º Concurso.

CORREGEDORES PERMANENTES

Diante do decidido em expedientes próprios, publicam-se os Editais de Corregedores Permanentes que seguem: